

A sociedade precisa assumir o País

Sem o engajamento consciente de todos vamos continuar a distribuir apenas culpas

ROBERTO ALVES DE ATHAYDE

As sociedades tiveram a oportunidade histórica de assistir a um dos maiores acontecimentos deste século: a unificação das Alemanhas Oriental e Ocidental. No Brasil, a data confundiu-se com o dia do cumprimento compulsório de votar. As atenções nacionais estiveram mais concentradas nos futuros resultados políticos daqui do que no significado, ainda pouco transparente, do evento na Europa. Clima de Oktoberfest nos dois países. De um lado, cerca de 80 milhões de cidadãos celebrando festivamente a união de dois Estados que permaneceram, durante quatro décadas, politicamente separados. De outro, igual número enfrentava o dever cívico de expressar democraticamente suas preferências indicando quais seriam seus representantes no Congresso Nacional, governos estaduais e assembleias legislativas. Qualquer tentativa de comparação entre os dois países seria inútil, mas Brasil e Alemanha vivem, no momento, situações bastante análogas, ainda que de formas distintas. A República Democrática Alemã, se comparada à República Federal da Alemanha, apresenta, economicamente, um quadro perturbador: seu sistema telefônico, estradas, ferrovias, universidades e programas sociais encontram-se tão ultrapassados que exigirão, nos próximos dois anos, da incorporadora RFA, investimentos da ordem de US\$ 160 bilhões — o equivalente a 1,4 vez a nossa dívida externa. Para um país com PIB de US\$ 1,3 trilhão pode não parecer muito. Mas é a sociedade germânica, de qualquer modo, a responsável pelo pagamento da conta.

A situação brasileira nos aspectos destacados é, também, delicada, senão insustentável. O Brasil, com todos os problemas básicos de uma nação em desenvolvimento, mas subdesenvolvida de fato, igualmente, precisa ser incorporado. Pela sociedade, principalmente a empresarial. Somos um país jovem que nem chegou aos quinhentos anos de existência. Sempre o país do futuro. Potencialmente rico, parece estar eternamente deitado em berço esplêndido enquanto enfrenta dificuldades oriundas da (de)formação cultural, em particular da estrutura arcaica da gestão dos recursos públicos. Aguardam-se, com expectativa, os resultados do programa de privatização do governo. Se conduzido de forma apropriada, pode acelerar consideravelmente nosso crescimento. A extensão territorial, a densidade demográfica, os recursos orçamentários escassos, porém, tornam o desenvolvimento cada vez mais difícil, se deixados à responsabilidade exclusiva do Estado. Com a hiperinflação recente e uma inflação preocupante, o quadro brasileiro é de UTI. Participar, portanto, de uma guerra como a atual sem o espírito solidário dos mais esclare-

cidos e abonados, transferindo ao governo a tutela do destino nacional enquanto infra-estrutura, parece um tanto ingênuo. A história já nos mostrou e demonstrou que o sistema é inviável. Falar em pacto social, entendimento nacional, limitando a discussão aos gabinetes e acordos de lideranças, resolve, também, nada. Governo algum possui recursos para, sozinho, estreitar a distância que nos separa de uma sociedade pujante do Primeiro Mundo. Sem o engajamento consciente de todos continuaremos distribuindo, apenas, culpas.

Imaginemos, pois, um Brasil começando do marco zero, com futuro promissor. Dispensemos, para crescer, consequências de guerra como: bombas atômicas, destruição total de cidades e de mão-de-obra especializada, conflitos fratricidas, instalação de muros e assemelhados. Consideremos que o enorme passivo nacional (educação, saúde, habitação...) tem como contrapartida, para começar, ativos: liberdade de expressão e locomoção, direitos constitucionais garantidos, situação geográfica privilegiada, favorável relação área disponível/habitante, climas, solos e vegetação diferenciados, ausência de furacões, terremotos e nevascas, bacias hidrográficas invejáveis, extensos trechos fluviais navegáveis, domínio de alta tecnologia nas áreas de engenharia e saúde, e muito mais. Examinemos a possibilidade de a sociedade empresarial assumir o papel de incorporadora e resgatadora de boa parte do passivo deste país. Como empresa é qualquer organização que produz e/ou oferece bens e serviços com fins lucrativos ou não, ela inclui, por definição, sindicatos e órgãos de classe. E, como existem para satisfazer as necessidades da comunidade, parece lícito admitir que é responsabilidade da sua e minha empresa participar do processo de vitalização do País.

Para começar, se queremos pertencer ao chamado Primeiro Mundo usufruindo de todos os seus benefícios, é preciso que pensemos e ajamos de forma coerente com a expectativa. Em segundo lugar, devemos ser realistas o suficiente para perceber que qualquer processo de recuperação e crescimento econômico, com a conseqüente elevação do padrão de vida, é lento. Não vamos nos tornar "desenvolvidos" em cinco anos. Devemos começar a corrida hoje, mas não cortaremos a fita de chegada antes de a próxima geração ter atingido a maturidade. Em terceiro lugar, o ideal seria que tivéssemos, em nível de governo, o estabelecimento de metas críveis de crescimento e indicadores visíveis de prioridades. Como não estamos na terra do sol nascente e inexistente qualquer planejamento global que contemple a integração dos diversos setores da economia visando um resultado objetivo, vivenciamos um quadro distorcido do atendimento básico de nossas necessidades.

O Brasil é um país com fortíssimas e marcantes características regionais que contribuem muito pouco para, quando não dificultam, o desenvolvimento nacional. Parece

ter chegado o momento de derrubar os muros regionalistas e somarmos esforços que nos levem a atingir a auto-suficiência essencial. Para um país com os nossos ativos é impensável, por exemplo, não tirarmos partido da sinergia que eles podem proporcionar, até mesmo na busca do mercado externo com maior dinamismo. Precisamos de divisas. Os importados, em grande número superfluos, estão invadindo o país a preços, para o consumidor final, inferiores aos nossos. Alguma coisa está errada. E não são só os impostos. Os "Brasis" regionais precisam se integrar. Não há mais espaço para se realizar nenhum empreendimento solitariamente. A sofisticação tecnológica compromete o resultado de empreendimentos isolados. Como atender, então, competitivamente, a consumidores internos e externos, dentro dos padrões de qualidade, preço e produtividade existentes? O sistema exige reformulação de conceitos e reflexão sobre o comportamento empresarial de hoje. As diversas regiões do País deveriam se transformar em parceiras de negócios, preservando suas características, mas usando largamente o que de melhor produzem para, juntas, se beneficiarem da economia de escala. O regionalismo é um entrave que atende aos interesses de ninguém. A integração econômica da Comunidade Econômica Européia, a partir de 31 de dezembro de 1992, marcará o fim das barreiras, comerciais e alfandegárias, entre 12 países europeus. Devemos nós, também, eliminar as barreiras regionais. Reavaliemos a forma muitas vezes pequena e egoísta de pensar e agir para atingir objetivos. A geografia e a história universal dos últimos 40 anos nos dão uma idéia nitida da velocidade com que os acontecimentos irão se desenvolver no futuro.

Adotemos uma posição adulta, de maioria, de independência em relação ao governo. Nossos ativos garantem, com certeza, a retaguarda. Há que complementá-los com trabalho, austeridade e administração qualificada. E aguardar por resultados de médio e longo prazos como fazem as nações desenvolvidas. Digamos adeus ao imediatismo, se queremos, em torno de idéias maiores, a sobrevivência de nossos negócios. Se o País for bem, nossas empresas irão junto. Se não for, irão junto, também. Questão de opção.

A sociedade empresarial regionalmente integrada pode ser a chave da porta de entrada para o primeiro-mundismo. O que está ocorrendo na CEE que discute, até, a unificação da moeda dos países-membros, não pode, na melhor das hipóteses, passar em branco. O berço pode ser esplêndido mas nem por isso nele precisamos ficar deitados eternamente.

Não seria o caso de pensarmos na Comunidade Econômica Brasileira?

□ Roberto Alves de Athayde é sócio-gerente da LANX Consultoria de Negócios S/C Ltda.